

Trindade: implicações para a amizade social e urbana

Paulo Gomes da Cunha Neto¹

Resumo: O presente trabalho procura relacionar a Trindade e suas implicações para a amizade social e urbana. A intenção é destacar como a compreensão comunitária da Trindade à luz do Concílio Vaticano II pode resultar em implicações concretas para a amizade social e urbana em um contexto hodierno marcado pelo individualismo e a indiferença. Desse modo, há um percurso destacando a mudança da perspectiva teológica acerca da compreensão trinitária e como isso também influencia na eclesiologia, posteriormente um caminho que perpassa a amizade social como consequência de uma madura interpretação trinitária, desaguando na realidade urbana.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Contexto hodierno. Compreensão trinitária. Realidade urbana.

228

1 Introdução

A Igreja a partir do Concílio Vaticano II abriu-se a pensar trinitariamente a sua composição eclesial e, conseqüentemente, a sua vivência enquanto comunidade de Jesus Cristo presente no mundo. Com isso, entra no cerne da Igreja a necessidade de estudar sobre a unidade e composição trinitária de Deus.

A Trindade aparece como exemplo de comunhão que, aos olhos da fé, motiva a viver concretamente uma amizade e fraternidade que sejam capazes de garantir não somente a existência, mas sim, uma existência pautada pela dignidade humana. É justamente em um contexto urbano de visão turva acerca da convivência social que a trindade possibilita, através de seu exemplo de coexistência comunitária de três pessoas que são uma, um modelo para viver conforme supracitado, isto é, garantindo dignidade.

Por isso, o texto tem por objetivo propor a relação comunitária presente na Trindade visibilizando como isso pode contribuir para a Igreja enquanto instituição e mais precisamente no tocante a amizade social e urbana a partir do seu reflexo concreto na sociedade.

2 Contribuições do Concílio Vaticano II

A partir da Dei Verbum podemos compreender a Revelação como um diálogo entre Deus e a humanidade, mediado pela história e pelas realidades concretas. Essa compreensão dialógica da Revelação é essencial, pois aponta para um Deus que se envolve na história humana e a transforma em espaço de encontro e resposta.

¹ Tecnólogo em Construção de Edifícios pelo Instituto Federal da Paraíba-IFPB; Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP; atual discente do curso de Teologia da Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Email: paulogomeescnt@gmail.com.



DEUS HABITA ESTA CIDADE

Anais Eletrônicos do II Congresso Teológico de Pastoral Urbana | Recife 2026

Aprouve a Deus. Na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cfr. Ef. 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cfr. Ef. 2,18; 2 Ped. 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cfr. Col. 1,15; 1 Tim. 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cfr. Ex. 33, 11; Jo. 15,1415) e convive com eles (cfr. Bar. 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele (Concílio Vaticano II, 1965, p. 1, DV. 2).

Desse modo, o Concílio Vaticano II auxilia na compreensão de uma renovação eclesiológica que, por sua vez, inclina-se a ler como presente na história o que a iniciativa trinitária nos oferece, isto é, a comunhão eclesial (Forte, 1987, p. 18). Pensar a Igreja à luz da unidade trinitária, traz implicações eclesiológicas complexas. Se estruturada sob o exemplo da trindade, a Igreja deve manter a precaução de não se aproximar de uma uniformidade niveladora, pois, segundo Bruno Forte, esta uniformidade niveladora:

[...] mortifica a originalidade e a riqueza dos dons do Espírito, e de toda contraposição lacerante que não resolva na comunhão as tensões entre carismas e ministérios diversos, em fecundo acolhimento recíproco das pessoas e das comunidades na unidade da fé, da esperança e do amor (cf. LG II-VI) (Forte, 1987, p. 23).

De tal modo, a unidade requer, antes de tudo, o reconhecimento daquilo que é causa de distinção, isto é, as particularidades que tornam a eclesiologia total. Por isso, o Concílio faz uma retomada da dimensão carismática do povo de Deus, assim redescobrimo a variedade de dons que contêm todos os batizados. E o faz “de modo que todos participem – ainda que segundo formas e serviços diversos – da profecia, do sacerdócio e da realeza do Senhor Jesus” (Forte, 1987, p. 31).

Por isso, a Igreja “ícone da Trindade, é una no mistério da Água, do Pão, da Palavra e do Espírito, e varia na riqueza de dons e serviços de que é plena” (Forte, 1987, p. 35), isto é, a sua unidade enquanto plano místico, resulta e expressa-se na unidade da riqueza das particularidades que a compõem e por isso a tornam plena. Logo, é papel da Igreja intermediar a atividade divina e a obra humana, ou seja, propor na Economia da Salvação a presença da Trindade, trazendo-a para a história. Por isso, a Igreja oferece-se como um lugar que possibilita o encontro da iniciativa que parte da trindade e a obra humana vivente na história (Forte, 1987, p. 17).

Estando dentro da história e sendo expressão da unidade trinitária no tempo, a Igreja precisa comportar-se como pertencente as condições de vida, ou seja, os acontecimentos a sua volta e ao seu interior que pertencem ao “já” escatológico. Embora muitos pensem e defendam a neutralidade da Igreja, faz-se necessário a atitude de assumir uma posição diante das situações mundanas e fugir da neutralidade, pois “a pretensa neutralidade está bem próxima do mascaramento – voluntário ou involuntário – de ideologias e de interesses” (Forte, 1987, p.41).



Assumir a posição de pertencente à história concreta também desvela as limitações da própria Igreja. Tal que, mesmo mediadora do eterno e do tempo, como supracitado, a Igreja “se encontra totalmente imersa na história e nas contradições das vicissitudes humanas” (Forte, 1987, p.48). O proposto pelo Concílio e pela estruturação da Igreja a partir da unidade trinitária, compete direta ou indiretamente ao que podemos denominar por comunhão eclesial. Essa comunhão seria, antes de tudo, “o lugar de encontro da história trinitária de Deus e da história humana” (Forte, 1987, p.51), isto é, local onde as histórias se encontram e se unificam.

De tal modo, a Igreja baseia na Trindade não somente a sua fé, mas também a sua estruturação enquanto instituição e, sobretudo, no seu trabalho pastoral a fim de ecoar no mundo a concepção trinitária de pensar a sociedade. Por isso, segundo Bruno Forte, “a Igreja provém da Trindade, é estruturada à imagem da Trindade e ruma para o acabamento trinitário da história” (Forte, 1987, p. 9).

A unificação das histórias remete a uma proximidade com a Trindade. Ora, cabe agora não mais refletir a Trindade ou história trinitária como algo distante, mas sim, como próxima e capaz do encontro que resulta em um fim no próprio Deus e auxilia a Igreja a crescer na unidade. Logo, este encontro, remete a sinodalidade enquanto diálogo e reconhecimento da eclesiologia total, mas também a unidade entre os cristãos, ou seja, a amizade social e urbana.

3 Implicações para a amizade social e urbana

Falar sobre amizade social requer necessariamente remeter ao Papa Francisco, que em seu pontificado sempre propôs uma Igreja próxima entre si e do mundo. Por isso, na sua encíclica *Fratelli Tutti* ele nos diz que “a vida não é tempo que passa, mas tempo de encontro” (FT, n. 66). Desse modo, convida-nos a unidade não somente de caráter utópico, mas com incidência concreta na vida da Igreja.

Diante disso, pressupõe-se necessariamente que, entre aqueles que compõem um grupo, as diferenças sejam superadas. Não se trata de ignorar as distinções, mas, antes disso, contribuir para a existência daquele que não é igual. Contudo, isso só é possível se houver amor ao outro, pois “só cultivando essa forma de nos relacionarmos é que tornaremos possível aquela amizade social que não exclui ninguém e a fraternidade aberta a todos” (FT, n. 94).

Nesta ótica, o caminho ideal é preenchido pela necessidade do reconhecimento da dignidade humana que não se mensura de outra forma a não ser por ela mesma, ou seja, a pessoa pelo fato de existir. Logo, diz-nos Francisco que:

Para se caminhar rumo à amizade social e à fraternidade universal, há que fazer um reconhecimento basilar e essencial: dar-se conta de quanto vale um ser humano, de quanto vale uma pessoa, sempre e em qualquer circunstância (FT, n. 106).



DEUS HABITA ESTA CIDADE

Anais Eletrônicos do II Congresso Teológico de Pastoral Urbana | Recife 2026

A partir do exemplo trinitário, entende-se que nos é proposto uma perene reforma que, por meios concretos e inspirados na unidade trinitária, deve acontecer na tolerância da diversidade e na comunhão dos desiguais. Também nesta ótica, nos diz Francisco na *Evangelii Gaudium*:

Um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito. [...] Não é apostar no sincretismo ou na absorção de um no outro, mas na resolução em um plano superior que preserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste (EG, n. 228).

Dessa maneira, a Igreja se dirige à Trindade, primeiramente como um desafio a ser alcançado, mas também como exemplificação da relação da unidade na qual três pessoas diferentes, porém, da mesma natureza, se relacionam. Essa relação acontece não negando suas diferenças, mas acolhendo-as e, através de uma sintonia de amabilidade, sendo uno e trino. Restaurar esta unidade é ir contra o contexto atual, pelo qual “com várias modalidades, nega-se a outros o direito de existir e pensar e, para isso, recorre-se à estratégia de ridicularizá-los, insinuar suspeitas sobre eles e reprimi-los” (FT, n. 15).

Diante deste contexto, a Igreja convida a viver à luz da comunhão trinitária, pois só dela pode advir a unidade que procuramos. Sendo a Trindade o espelho a seguir e a Igreja o seu ícone na história, a unidade que advém da relação comunitária entre as pessoas da trindade, deve ecoar para que as relações hodiernas se tornem também comunitárias e capazes de superar toda a tentação narcísica que evidencie mais a si do que ao outro.

Por isso, para refletir acerca desse agir comunitário e fraterno, o Papa Francisco nos indica que a Igreja necessita de uma utilização eficaz dos seus meios de propagação da mensagem que resultem numa compreensão social e fraterna:

[...] é importante que a catequese e a pregação incluam, de forma mais direta e clara, o sentido social da existência, a dimensão fraterna da espiritualidade, a convicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos (FT, n. 86).

Portanto, a abertura universal que a Igreja procura ensinar ao mundo e à sua estrutura interna, se dá por meio da amizade social, isto é, o “amor que estende para além das fronteiras” (FT, n. 99) e é condição para uma verdadeira abertura ao outro.

Neste viés, o amor capacita o homem a superar a intenção de atingir interesses pessoais e entender que “a mera soma de interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade” (FT, n. 105). Logo, a prática da amizade social e conseqüentemente uma convivência fraterna é também resultado de um esvaziamento de si para considerar a existência por meio da convivência coletiva e sob a consciência da necessidade da realização de uma transformação social.



Desse modo, nos diz Bruno Forte, “a meta, que torna os cristãos forasteiros e peregrinos neste mundo, não é sonho que aliena do real, mas força estimulante e crítica do empenho pela justiça e pela paz no hoje do mundo” (Forte, 1987, p.68). Por isso, o papel trinitário enquanto motivação ao agente cristão revela a necessidade da unidade enquanto luta pela justiça e pela paz.

Em antítese ao relacionamento comunitário da Trindade que resulta no incentivo à luta pela justiça e pela paz, enfrenta-se no ambiente urbano o desafio de propor esta relação diante de uma individualidade encarnada.

Na cidade, cada um faz sua vida e pratica suas escolhas: o partido, o time, a roupa, a religião, o jeito de viver, os padrões de comportamento, como argumento do exercício da liberdade, da liberdade categorial, que permite escolher isto ou aquilo, deste ou daquele modo (Cunha, 2024, p. 22).

À luz dessa lógica que visa a liberdade e resulta numa individualidade, pode-se dizer que há uma fluidez de valores, havendo assim perda de sentido diante da necessidade argumentativa de liberdade individual. Por isso, “a Igreja é desafiada em relação à escassez da experiência comunitária, que é essencial ao cristianismo” (Cunha, 2024, p. 23).

Não obstante, somos todos interpelados pela necessidade da realização da relação que antes começa na Trindade, mas reflete-se na nossa existência. Por isso, “a reflexão passa também por nós e pela consciência de pertença a esse mundo e, ao mesmo tempo, do compromisso para com ele” (Cunha, 2024, p. 60). No contexto hodierno, marcado pela ausência de uma adesão consciente à luta pela promoção de justiça e paz social, percebe-se as consequências na existência de atitudes discriminatórias e segregadoras como: “aporofobia, racismos, xenofobia e outros ismos e fobias facilmente identificáveis na sociedade atual” (Cunha, 2024, p. 64).

Faz-se necessário a superação de contrastes e a assimilação do outro como um igual. O individualismo e consequentemente o isolamento não pode ser considerado como solução ou meio para a existência, e já nos diz isso o Papa Francisco na sua carta encíclica *Fratelli Tutti*:

O isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas a proximidade, a cultura do encontro, sim. O isolamento, não; a proximidade, sim. Cultura do confronto, não; cultura do encontro, sim (FT, n. 30).

Desse modo, a amizade social e urbana se dá quando, à luz da relação comunitária presente na Trindade, buscamos conviver com os irmãos e superar a individualidade que marca o contexto hodierno.



4 Considerações finais

Portanto, a proposta trinitária que o Concílio Vaticano II apresenta é, antes de tudo, abrir-se a possibilidade da compreensão de que como Deus é uno e trino, e isso o faz uma comunidade em sua essência, somos também nós convidados a participar e propagar essa essência na convivência com os irmãos.

Enquanto estrutura eclesial, a Igreja é exortada a uma eclesiologia total onde não mais as funções hierárquicas são o primeiro sinal da sua compreensão, mas sim que todos são constituintes do povo de Deus a partir do batismo. Logo, há uma mudança de perspectiva que considera demasiadamente importante todos aqueles que compõem o povo de Deus, antes mesmo de considerar qualquer função exercida.

Ademais, enquanto presente no mundo, a estrutura da eclesiologia total da Igreja que considera importante todo componente do povo de Deus, exorta a própria Igreja, enquanto este mesmo povo, a considerar precioso todo ser e garantir que sua existência seja pautada a partir da dignidade humana.

Por isso, como implicação para a amizade social e urbana, propõe-se que cada indivíduo e comunidade assuma uma postura ativa na construção de um mundo mais fraterno, tratando a realidade urbana à luz de horizontes concretos de transformação social que nos levam a conviver fraternalmente à luz dos mandamentos de Jesus de Nazaré.

Referências

CUNHA, Carlos Alberto Motta; DO CARMO, Solange Maria (Ed.). **Pastoral Urbana- Práticas e Desafios**. São Paulo: Paulus, 2024.

FORTE, Bruno. **Igreja ícone da Trindade**. São Paulo: Loyola, 2005.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti** – sobre a Fraternidade e Amizade Social. Brasília: Edições CNBB, 2020.

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Dei Verbum**: Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina. Roma, 18 nov. 1965.

